

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR.

Rejeane Aparecida Rodrigues de Camargos¹
Estela Aparecida Oliveira Vieira²

RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo compreender a construção de políticas educacionais comprometida na formação do indivíduo, não se tratando apenas da função do gestor, mas envolver todos os indivíduos inseridos no âmbito educacional, principalmente as famílias e a comunidade. A metodologia aplicada neste trabalho foi a de pesquisa bibliográfica, sendo as buscas realizadas no Portal Capes, livros de autores simpatizantes com o tema, documentos legais tais como Constituição Federal (CF, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) e o Plano Nacional da Educação (PNE). Foram selecionados vinte e quatro trabalhos, através da análise de conteúdo realizado por categorização (Bardin, 2011), entre os anos de 2007 a 2020, com descritores definidos: família, escola e gestão democrática, realizada buscas no Portal Capes. Os resultados apontaram que a gestão democrática supera desafios, é o fator determinante na reconstrução de um novo modelo de educação. Concluindo assim que, a gestão democrática é relevante para o compartilhamento de tomadas de decisões, viabilizando a parceria entre escola e família favorecendo o desenvolvimento de metodologias de aprendizagem que contribuem com o aprender para formação de cidadãos. Esta participação da família na gestão democrática no contexto escolar deve suprir a necessidade de interação da educação com a sociedade, ambas fazem parte de algo único, formação de pessoas, pessoas estas que vivem em ambientes que não se separam.

Palavras chave: Gestão Democrática. Escola. Família.

ABSTRACT:

This work aims to understand the construction of educational policies committed to the formation of the individual, not only dealing with the role of the manager, but involving all individuals inserted in the educational field, especially families and the community. The methodology applied in this work was that of bibliographic research, with searches carried out on the Capes Portal, books by authors sympathetic to the theme, legal documents such as the Federal Constitution (CF, 1988), the Law of Directives and Bases of Education (LDB, 1996) and the National Education Plan (PNE). Twenty-six works were selected, selected by content analysis carried out by categorization (Bardin, 2011), between the years 2007 to 2020, with defined descriptors: family, school and democratic management, searches on the Capes Portal. The results showed that democratic management overcomes challenges, it is the determining factor in the reconstruction of a new model of education. Thus concluding that, democratic management is relevant to the sharing of decision-making, enabling the partnership between school and family, favoring the development of learning methodologies that contribute with learning for the formation of citizens. This participation of the family in democratic management in the school context, must meet the need for interaction between

¹ Rejeane Ap. Rodrigues de Camargos do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, e-mail: rejeane.camargos@gmail.com

² Professora Estela Ap. Oliveira Vieira. Orientadora curso Pedagogia - Universidade Federal de Lavras – UFLA, e-mail: estela.ap.o.vieira@gmail.com

education and society, both are part of something unique, forming people, people who live in environments that do not separate.

Keywords: Democratic management. School. Family.

1. Introdução

A busca por uma sociedade mais democrática tornou-se um tema inquietante nos últimos anos, instigando a reflexão e discussão também sobre o papel da escola na construção da democracia. Isso porque, considerando o papel da escola na formação do indivíduo, a gestão democrática traz a possibilidade da participação da sociedade de maneira mais direta na formação das futuras gerações. A abertura do espaço escolar para a sociedade, permitindo que a comunidade participe mais ativamente das decisões, pode promover a democracia quando trabalhada de maneira dialógica, permitindo que a dialética se instale e traga avanços para a educação. Esta gestão democrática elucida a escola como o lugar onde desenvolvemos nossas habilidades intelectuais, emocionais e sociais. (SILVA, 2015, p. 16997)

A necessidade de uma inovação na instituição escolar são desafios que impulsionam mecanismos relevantes de releitura de suas práticas. Dentre dessas inovações pode ser citada a gestão democrática, que possibilita acompanhar os avanços da sociedade ao buscar parcerias que cooperem na elaboração de uma proposta que aproxima família e escola. Uma parceria construída para sintetizar o papel da família no desenvolvimento escolar dos filhos para que possa contribuir na construção de personalidades autônomas moral e intelectual. Silva, 2015, define o papel da escola como o único caminho o qual podemos mudar a realidade dos alunos e das comunidades.

A máxima: “A educação é direito de todos” (BRASIL, 1988), constante no art.205 da Constituição Federal (CF/88), nos assinala a importância de tornar a educação acessível, pois ela é o pivô de uma transformação social, agrega aqueles que podem contribuir na mudança deste processo desafiador que é a construção de uma sociedade mais igualitária, um processo valoroso de conquista. A participação da família no contexto da gestão democrática pode ser um fator colaborador para estruturação desse processo inclusivo, por consequência no processo de aprendizagem, mas para isso, é preciso entender como funciona, compreender as nuances da gestão democrática.

Para Almeida e Silva (2017, p.125) a participação da comunidade escolar na gestão da escola é “mola propulsora que guia as mudanças que o sistema educacional pretende alcançar

e brota como parte de um processo de redemocratização da sociedade brasileira”. A inserção de toda a comunidade escolar na gestão trabalha também a noção de pertencimento, de construção de algo que pertence a todos, por consequência a valorização do espaço e seus atores.

A gestão democrática possui salvaguarda na legislação brasileira, é amparada pela Constituição Federal de 1988 e validada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDB) (lei n. 9.394/96) e pelo Plano Nacional de Educação (Lei 13005/2014) (PNE 2014-2014). (Brasil, 1996). Na LDB-9394/96 o artigo 14 estabelece, que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e princípios, sendo estes a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Cujo objetivo, promover a participação das partes envolvidas no processo educacional, tendo voz nas tomadas de decisões. O PNE, na meta 7,16, apoia técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

De forma resumida, podemos dizer que a gestão democrática está baseada na coordenação de atitudes e ações que propõem a participação social em todas as decisões da escola. Desta forma, a escola mantém o diálogo aberto, com o objetivo de buscar sempre a educação de qualidade.

A prática dos direitos e deveres de um indivíduo chama-se cidadania, esse direito permite o direito de construir, que se instale a busca para que a escola desenvolva ações envolvendo a comunidade. Através destas ações a comunidade poderá almejar melhorias, conhecer, compreender os serviços oferecidos pela escola e participar da organização do ensino, promovendo intervenções na gestão em busca de um ensino de qualidade para todos (Brasil Escola, 2021)

Recriar o ambiente educacional pode não ser tarefa fácil, muitas vezes a própria comunidade escolar e sociedade resistem, acreditam que, responsabilidades compartilhadas, ou, decisões sobre a escola, pode não ser a base para o enalço da transformação do dia a dia escolar. Lück (2006, p.54) nos alerta que “democracia e participação são dois termos inseparáveis, à medida que um conceito remete ao outro”. Ou seja, é necessário entendimento, questionamento, compreender que, o importante, é quebrar paradigmas, abrir espaço para

novas ideias, criar perspectivas que envolva diálogo, reflexão e foco na participação dos envolvidos nas tomadas de decisões. Para Veiga (1997),

A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores (VEIGA, 1997. p.18).

Portanto, uma vez que gestão e participação são inseparáveis, a busca por novos caminhos, para se obter sucesso desejado nas escolas requer participação nas decisões e replanejamento, isso se dá em meio as discussões favoráveis a valorização do espaço escolar, de forma consciente e disposição, com foco na capacidade de evidenciar situações socioeducativas que no dia a dia escolar provocam ganhos para a educação, tudo isso de forma transparente, visando a necessária parceria a favor de todos.

Segundo Almeida, Silva, (2017, p.126),

(...) o que se espera é que todos os segmentos responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem, sintam-se responsáveis pela avaliação das metas e objetivos criados, verificando se deram ou não certo, e quais foram os entraves que impossibilitaram a sua concretização, propondo soluções para que possa atingi-las. São avanços importantes em relação a uma gestão democrática, frutos da luta dos diversos segmentos sociais por uma escola com equidade.

A gestão democrática visa contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, estando a mesma comprometida com o envolvimento da comunidade escolar nas tomadas de decisões no âmbito educacional, considerando ser uma ação conjunta, que requer disposição e mobilização pelo mesmo propósito. Isto nos leva a questionar, como promover a gestão democrática e viabilizar a participação efetiva das famílias, democratizando o ensino de acordo com os critérios da comunidade escolar? Segundo Silva (2017, p.72)

(...) é na escola que começa os primeiros e verdadeiros conflitos, são eles os maiores impactos na interação do sujeito, é nela que as crianças encontram diferentes realidades, mídias, valores, normas e crenças vindas de sua família; que posteriormente é agregada ao grupo a realidade de cada um e através dessa mistura de cultura familiar ocorre o respeito ao próximo através da socialização.

O que tornou o ambiente escolar, um espaço e veículo necessário para a socialização e aproximação de pessoas em suas diferentes situações, sejam elas culturais que desejam alcançar um objetivo comum: um futuro melhor e participação na construção da realidade desejada partindo de sua própria família. As descobertas que são proporcionadas com a

aprendizagem, permitem que os professores reinventem aulas, estimulando o aluno a se envolver, pensar, refletir, criticar e questionar sobre tudo que seja pertinente ao seu redor.

Os desafios existirão para a implantação de uma gestão democrática, tanto no que se refere a importância da família no contexto escolar, quanto no desenvolvimento intelectual e humanizado do indivíduo, cabe aos envolvidos a busca para superá-los e seguir na realização do objetivo. Alguns entenderão e farão cumprir, outros não, escolas acolherão outras não, esses desafios serão superados com diálogo, para "planejar e estabelecer compromissos e acordos mínimos que levem ao fim do bloqueio criado nesta situação" (BASSEDAS, 1996, p.35).

Assim, este artigo tem por objetivo a compreensão da gestão democrática, suas nuances em ser aplicadas no processo educacional, fundamentar a construção de políticas educacionais comprometida na formação do indivíduo, alicerçando parcerias que busquem o questionamento e entendimento dos direitos adquiridos e construir bases para uma escola eficiente e humanizada. Esta função envolve todas as partes inseridas no âmbito educacional, principalmente as famílias. A prática da gestão democrática viabiliza construir políticas com responsabilidade social, transparências nas decisões, planejamento participativo promovendo a redução das desigualdades com espírito coletivo.

2. As bases conceituais da gestão democrática

Para melhor entender o que é gestão democrática, este estudo tem como base autores defensores da importância da participação da família no contexto escolar e a gestão democrática tais como, Snyders, Paulo Freire, Gadotti, Luck entre outros. Estes autores sustentam a visão da importância desta parceria para o desenvolvimento humano dos estudantes. Eles evidenciaram em seus trabalhos que a escola é a principal formadora de pessoas e que neste contexto a participação da família mantém a base necessária na conscientização dos estudantes da importância de sua colaboração para construção de uma sociedade mais igualitária e da sua participação no contexto social.

Para que a gestão democrática realmente ocorra é fundamental pensar inicialmente em intervenções no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, implementação de projetos, com a participação efetiva da comunidade escolar como a implementação das instâncias democráticas: conselho escolar, associação de pais e mestres de modo que eles possam participar de forma consciente na gestão, onde todos terão oportunidade de liberar suas ideias,

propondo soluções aos problemas ocorridos no dia a dia do ambiente escolar. Gadotti, (2004) entende que,

É preciso entender o que é democratização para que se possa efetivá-la, a participação possibilita à população um aprofundamento do seu grau de organização. [...] ela contribui para a democratização das relações de poder no seu interior e, conseqüente, para a melhoria da qualidade do ensino. (GADOTTI, 2004. p. 16).

Desta forma, todos poderão trabalhar em prol de um bem comum, com responsabilidades e de caráter participativo direto na transformação do ambiente escolar. Luck (2009) argumenta que,

Como a gestão democrática pressupõe a mobilização e organização das pessoas para atuar coletivamente na promoção de objetivos educacionais, o trabalho dos diretores escolares se assenta sobre sua competência de liderança, que se expressa em sua capacidade de influenciar a atuação de pessoas (professores, funcionários, alunos, pais, outros) para a efetivação desses objetivos e o seu envolvimento na realização das ações educacionais necessárias para sua realização. (LUCK, 2009, p.75).

Ou seja, participar sempre, envolver em cada situação e gerar senso de cooperação e propor soluções aos problemas enfrentados. Conforme Libâneo, (2001),

Participação significa a atuação dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais), na gestão da escola há dois sentidos de participação articulados entre si. Há participação como meio de conquista da autonomia da escola, dos professores, dos alunos, constituindo-se como prática formativa, como elementos pedagógicos, metodológicos e curriculares. Há a participação como processo organizacional em que os profissionais e usuários da escola compartilham, institucionalmente, certos processos de tomadas de decisão (LIBÂNEO, 2001, p. 139).

Sendo assim, participar de reuniões periódicas para tomada de decisões e nos momentos de descontração, contribuir na organização de eventos, o que torna uma oportunidade para fortalecer as relações entre pais e escola. Considerando a busca por uma escola mais democrática, a participação da família no contexto educacional, se almeja o interesse do aluno na aprendizagem escolar e conseqüente atuar no contexto social, baseou-se nos autores que acreditam na importância desta parceria para que se formem cidadãos conscientes do seu lugar no mundo.

Snyders (1988), não acredita nas escolas tradicionais, elitistas e sem propósito para o aluno na sua vida futura. Snyders acreditou na pedagogia progressista, onde a educação era marcada pela relação da sociedade e a escola como local onde também se discutia a luta pela

igualdade de classes. Pelo que foi percebido em sua obra ele era alguém que acreditava na alegria, alegria de aprender, alegria de estar, alegria de poder ser estudante, estudante comum que buscava educação, em conformidade com sua cultura, vivências do senso comum e poder contribuir com a melhoria da vida em sociedade. Nesta relação aluno/professor, cabe ao professor o incentivo, orientação, ouvir, intermediar, provocar discussões, criar situações que provoquem confrontos e diálogo. Orientar e direcionar estes alunos a tomar atitudes que por si mesmos não conseguiriam, levando o aprendizado verdadeiro e livre.

Freire (1999) acreditava na possibilidade do sujeito ser livre e aprender, compartilhar suas vivências e que as parcerias acontecem para melhorar, que ao integrar, cria-se a possibilidade de transformar sua realidade. O diálogo é a maneira na qual as mudanças poderiam ocorrer na sociedade. Ele fez da pedagogia um projeto de mudança, no qual cabe a parceria escola e família no processo de conscientização, humanização enquanto aluno e fortalecendo estes alunos para situações de convivência no seu dia a dia, inteirando das necessidades de sua sociedade para o processo de mudança. A educação para Freire precisa ser livre, sem paradigmas, baseada no diálogo para solução de problemas. Segundo Freire, “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (PAULO FREIRE, 1974, p.96)

De fato, seja a educação progressista e libertadora, precisa ser uma educação de parceria, família no seu dever de acompanhar seus filhos na escola e interagir com eles e a escola, e a escola em seu dever de fazer cumprir os requisitos dessa parceria, o método tradicional de educação, sem questionamento, sem discussões, sem pertencimento não contribui para formação de cidadãos. Todos envolvidos, a alfabetização precisa ter conscientização, proporcionando liberdade e autonomia entre aluno, escola e família.

Por consequência, a instigante busca compreender e aplicar a gestão democrática, atentar às dúvidas que se possa responder, tais como: a construção desta parceria, como anda as escolas hoje? Qual a importância do aprender? Quais as leis que dão amparo legal a gestão democrática?

2.1. O caminho na construção de parceria

As normas previstas na LDB (Brasil, 1996), busca articular a escola com as famílias, esta lei propõe que a escola articule esta aproximação para que os pais possam participar e ter

conhecimento do que é ensinado nas escolas incluindo o acesso a participações de estratégias de ensino, construção de convivência da escola e comunidade, desenvolvendo parcerias para mudanças de comportamento e nas propostas pedagógicas. No artigo 12, parágrafo 6 da LDB, destaca que,

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão incumbência de [...] articular-se com as famílias e a comunidade criando processos de integração da sociedade com a escola. (BRASIL/1996, p.11).

Segundo Brandão (2009), sabe-se que este vínculo, tem proporcionado aos alunos e profissionais da educação uma dinâmica mais satisfatória no processo de ensino aprendizagem e nas discussões que envolvem os currículos, as normativas do Projeto Político Pedagógico (PPP), processos da gestão democrática escolar. Esta integração sempre foi necessária; pais, alunos, profissionais da educação se capacitam em auxílio mútuo, viabilizando a vida escolar a uma atividade diária prazerosa e integrada. Não somente dentro dos muros escolares, mas abrangendo a vida em comunidade, seus desafios, anseios e solução de problemas, estando certo de que a formação humana se insere na vida escolar, aplicando a ela, trabalhar projetos pedagógicos, organização do ambiente escolar, eventos, reuniões e grêmios estudantis, voltados a necessidades comuns a escola e comunidade.

2.2. Realidade da escola atual

É importante salientar que a escola é vista como um ambiente social, formado por diferentes pessoas, com princípios, culturas e comportamentos diferenciados e que precisam ser respeitados. Sendo assim, “uma escola democrática não é aquela em que todos fazem o que querem, mas sim, aquela em que todos fazem o que é bom para todos” (OLIVEIRA, 2014, p. 98). Sendo assim, a escola, para atender a todos precisa focar em todas as instâncias da sociedade, aplicando conceitos e práticas que viabilizam uma consciência mais dinâmica nos alunos.

Pensando neste contexto, segundo Snyders (1988), o defensor da alegria na escola, é difícil e se torna um problema, unir alegria e aprendizagem. Dar alegria aos alunos, colocar a esperança na renovação dos conteúdos culturais. Sabendo que a fonte de alegria dos alunos, não a devo procurar do lado dos jogos, nem dos métodos agradáveis nem do lado das relações simpáticas entre professores e alunos, não renuncio a nenhum destes valores, mas quero reencontrá-los como consequências e não como causas primeiras.

O fato é que, a realidade da maioria das escolas, não dispõe destes recursos de acolhimento, mas é possível através da conscientização da própria comunidade em adentrar os muros das escolas e contribuir para validar o interesse destes alunos como estratégia completa para aprendizagem, como viés com a participação das famílias no ambiente escolar. Com esta abertura nas tomadas de decisões a família tem um papel importante nesta parceria, que começa com a construção do caráter e da personalidade do indivíduo. É nesta família que teremos os primeiros contatos de socialização, carinho, afeto e compartilhamento, desenvolvendo assim as primeiras percepções de princípios e valores éticos. (KALOUSTIAN, 1988, P. 22).

2.3. Importância do aprender

O processo de ensino aprendizagem é responsabilidade da escola, proporcionando a esta criança o direito do conhecimento e contribuir para a socialização coletiva, desenvolvendo a consciência do respeito ao próximo. Desta forma, a parceria traz aprimoramento ao desenvolvimento intelectual e cognitivo da criança.

Pode-se evidenciar aspectos que partilham desta importância no processo de ensino aprendizagem. A criança começa o processo de ensino na escola e deve dar continuidade em casa, assim, a família precisa acompanhar o dia a dia da criança e unir ao corpo pedagógico para auxiliar na revisão dos processos de conteúdos na realização de deveres e atividades do para casa, sendo assim, pode-se observar melhor as dificuldades e competências, e intervir quando necessário, em prol das crianças.

Sabe-se que ninguém aprende sozinho (Freire, 1996), é nas experiências diárias, no ambiente escolar é que se aprende. O envolvimento da família, motiva o aluno a estudar, a aprender, a conquistar bons resultados e esforçar-se para atingir objetivos de forma tranquila e prazerosa. A união da escola e família no ensino aprendizagem pode diminuir a indisciplina, pois, o foco em aprender será constante e não sentirão necessidade de chamar atenção o tempo todo, transformando a aula em momento de intensa descoberta do aprender.

2.4 Alguns Marcos Legais

A gestão democrática é um desafio que proporciona as melhores evoluções humanísticas dentro e fora da escola, porém, é necessário demandar autonomia aos envolvidos neste processo. Esta pesquisa fundamenta a importância que as instâncias da

educação devem proporcionar, enfatizando um maior entendimento quanto aos projetos escolares com o envolvimento familiar, no qual seja estabelecido quais são as áreas no projeto pedagógico que os pais poderão ter acesso, no intuito de colaborar com a escola na formação do aluno.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), articulados com os propósitos do PNE do Ministério da Educação (MEC), que comprometem com uma educação de qualidade para todos comprometidos com a cidadania. Os PCNs foram elaborados procurando, de um lado, respeitar as diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. (MENEZES, 2001).

Menezes, 2001, com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens terem acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.

A BNCC – Base Nacional Comum Curricular, em sua contemplação, valoriza a construção do projeto de vida e tem o compromisso de formar integralmente os estudantes, desenvolvendo sua identidade, potencialidade e participação no mundo, sendo o importante eixo central da conexão de escolas e famílias. Menezes (2001), afirma que os PCNs deixam de lado os “velhos conteúdos programáticos, distantes do cotidiano das massas”, para oferecer aos alunos condições de assimilação do desenvolvimento das novas linguagens e conquistas tecnológicas e científicas. Fato é que, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) “não se enfatiza mais a assimilação dos conteúdos em si, mas a máxima agora é, “aprender a aprender”, para que os alunos possam acompanhar o ritmo vertiginoso do progresso”.

Ao compreender as atribuições dos PCNs e a BNCC, pode-se notar questões novas que orientarão a todos como trazer temas que mesmo que não pertençam a uma disciplina específica, está associada a todas como tema de prioridade e tem sua importância. Valores referentes à cidadania tais como: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural. Conteúdos que permitam ao aluno a capacidade de assimilação e usá-los para aprender a criticidade, praticar e mudar vidas.

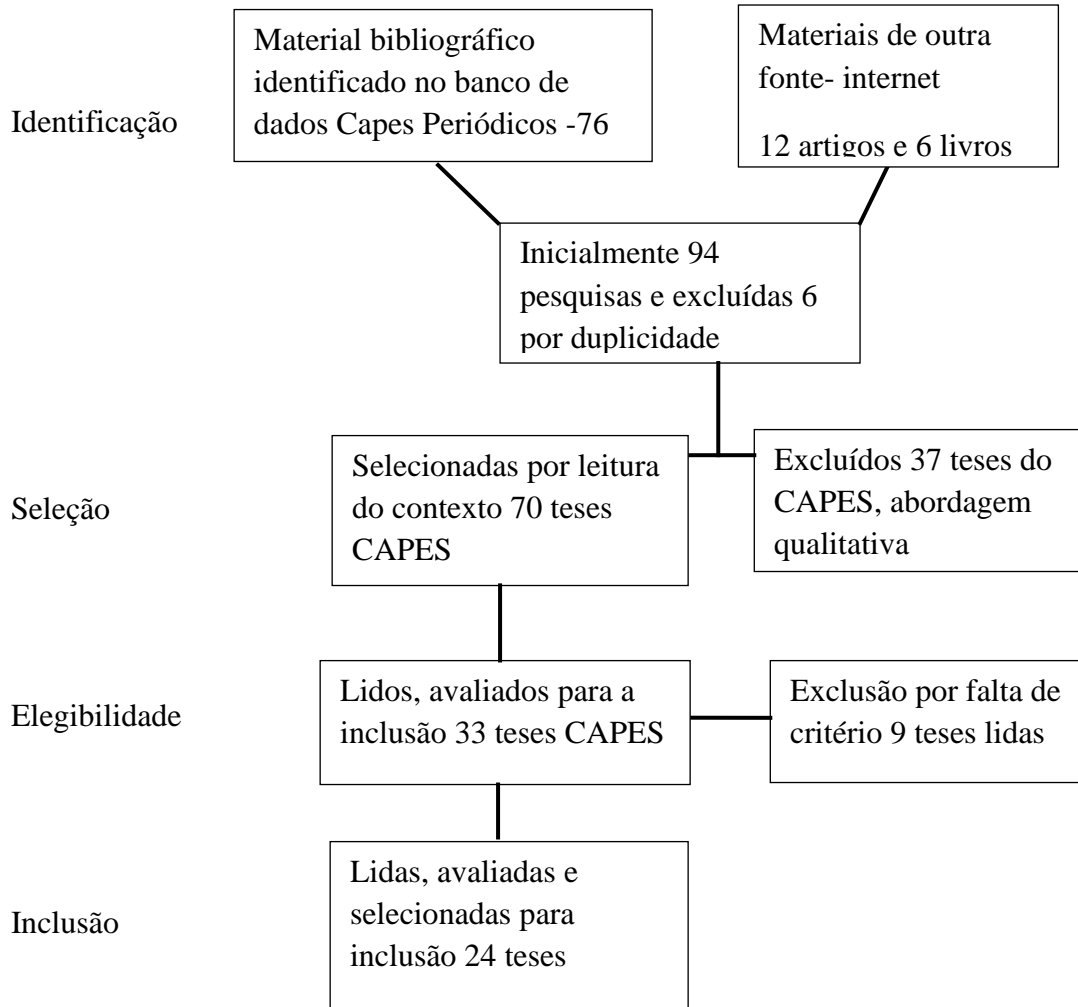
3. Metodologia

A metodologia aplicada neste trabalho foi o de pesquisa bibliográfica, que norteou o objetivo de fazer conhecer os princípios que a regem a gestão democrática nas escolas,

obtendo conhecimentos necessários para fazer valer os direitos e obrigações de quem está envolvido, escola e famílias, no processo de construção de uma educação mais democrática. Promover mudanças de dentro para fora da escola, integrar personagens sociais que fazem parte importante do objetivo, transformar a escola em um ambiente participativo e democrático, descentralizar decisões correntes de gestores escolares no intuito de provocar interesse para legitimar ideias inovadoras para a educação. Para tal foi elaborado um protocolo de pesquisa partindo do objetivo de conhecer os princípios, os direitos e as obrigações que regem a gestão democrática para que as escolas e famílias possam trabalhar na busca da transformação social, que deu origem a questão norteadora como trabalhar em parceria com objetivos comuns envolvendo a educação. Os recursos e estratégias para a busca e seleção de estudos foram definidos e selecionados com base em seis itens fundamentais, são eles: (i) fontes de busca: Portal Capes, livros, revistas eletrônicas, documentos oficiais; (ii) idioma: Português; (iii) descritores: Educação, família, gestão democrática e parceria; (iv) operador booleano: AND, (v) data da publicação entre 1988 a 2019 e (vi) material: artigos, TCC, dissertações, teses, e-book.

A partir dos critérios estabelecidos foi possível realizar a revisão bibliográfica entre agosto e outubro de 2020. O material bibliográfico, encontrados 76 artigos periódicos CAPES, 12 trabalhos pesquisados em sites especializados, documentos legais e 6 livros. Totalizando 94 pesquisas encontradas, excluídas 6 que se achavam duplicadas. Selecionou-se para leitura do contexto 70 artigos periódicos CAPES. Excluiu-se 37 artigos do CAPES por tratar-se de áreas não pertinentes ao tema. Incluiu-se 33 lidos e avaliados, mais 9 foram excluídos por falta de critério. Finalizei com 24 artigos CAPES lidos, selecionados e incluídos de acordo com as palavras chave – Gestão democrática, escola e família, relacionados inicialmente com 12 teses e documentos legais sobre a educação e 6 livros no Google sobre o assunto.

Em seguida, estas 35 fontes de pesquisa, os artigos foram selecionados a partir das palavras chaves, sendo 24 artigos escolhidos e selecionados, utilizando como critério de inclusão as teses que tratam sobre, **A importância da participação da família na gestão democrática no contexto escolar e sobre gestão democrática** e como critério de exclusão trabalhos que abordavam assuntos não pertinentes, como trabalhos de amostragem em grande maioria e de pesquisa por observação, como apresentado no fluxo de levantamento dos dados na imagem 1.

Imagem 1: Fluxo de Levantamento de dados

Fonte: Desenvolvida pela autora

Assim, como especificado, após a leitura mais atenta dos trinta e cinco trabalhos e sem contato entre os pesquisadores foram eliminados nove estudos por corresponderem parcialmente à temática proposta, uma vez que o protocolo propunha como critério de seleção ter a metodologia de pesquisa descrita com clareza e com métodos e parâmetros claros, documentos legais e seis livros de autores conhecedores do tema a serem analisados, restaram os trabalhos apresentados no quadro 1.

Quadro 1: Apresentação dos artigos incluídos na revisão

ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTORES	TÍTULO DA PRODUÇÃO	PERIÓDICO
2007	RÉSCIA, Ana Paula Oliveira; GENTTILINI, João Augusto	Interação escola e família mediada pela gestão escolar: um estudo de caso.	Revista Ibero- Americana de Estudos em Educação
2008	BARBOSA, Manuel	Educação, cidadania e sociedade civil. Repensando sentidos e articulações em tempos de mudança.	Teoria de la Educacion, Annual
2009	BEZERRA, Maria Jacobina da Cruz; GROSSI, Partícia Krieger	A violência na escola e estratégias de prevenção e redução: a necessidade interlocução dos saberes	Periódicos
2010	ANDRADE, Lucymary Bernabé Pedrosa de	Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais.	Periódicos
2012	SANTOS, Rubenize Maria dos; NASCIMENTO, Maria Aparecida; ARAÚJO, Jaileila Menezes de	Os sentidos da escola pública para jovens pobres da cidade do Recife.	Revista Latino-americana de Ciências Sociales, Ninez y Juventud
2013	MELO, A; SOUZA, S de.	Educação do campo e o programa escola ativa: elementos históricos conceituais e pedagógicos	HOLOS
2014	SILVA, L; BARROS, B; LATORRE, A	. O Conselho de classe como um espaço de contradições e formação do trabalho educativo no IF Sertão, Campus Petrolina	HOLOS
2015	DESSOTI, Isabel Cristina Caetano. LAPLAGEEM, Elise Dessoti	Os desafios contemporâneos da Gestão Democrática da Educação.	Revista
2015	CARVALHO, J.	PNE (Plano Nacional de Educação) 2014 – 2024: A gestão democrática na educação se faz presente?	HOLOS
2015	ABREU, Antônio; ROCHA, Álvaro; COTA, Manuel; CARVALHO, João	Caderneta Eletrônica no Processo Ensino-Aprendizagem: Visão de Professores e Pais de alunos do ensino Básico e Secundário.	Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação
2016	ALVES, Nancy Nonato de Lima.	Educação da infância: o lugar da participação da família na instituição educativa.	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação
2016	RESENDE, Tânia de Freitas; SILVA, Gisele Ferreira	A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014).	Ensaio (Rio de Janeiro, Brasil)
2016	SANTOS, Jean Mac Cole Tavares	Promulgação de políticas na escola: considerações a partir da Teoria de Atuação e do Ciclo de Políticas.	Acta Scientiarum. Education (UEM)
2016	PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; MORETTI, Gianna Alessandra Sanches	Escola, lugar do desrespeito: intolerância contra religiões africanas e escolas públicas brasileiras.	Revista de Direitos Humanos e Efetividade
2016	NOGARO, A; BATTISTIN, C	Sentidos e contornos da inovação na educação	HOLOS
2017	ALMEIDA, Walquiria de Fátima Tavares de; SILVA, Julieta Beserra da	Concepções e práticas de gestão escolar democrática na educação básica no Brasil.	Revista Cadernos de estudo e pesquisa na Educação Básica.

2017	BEDIN, Silvio Antônio	Gestão democrática da educação: processos, desafios e exigências emergentes nas escolares.	. Espaço pedagógico
2017	BIRCK, Ernanda Kleber; ZILLOTTO, Denise Macedo	Coaching na educação? Pesquisa-ação com gestores escolares.	Acta Scientiarum. Human and Social Sciences (UEM)
2017	LEITE M; MARTINS, E; LIMA, M ; BRASIL, R ; NORTE, R.	As reformas do ensino médio e o projeto professor diretor de turma: uma experiência em Aracoiaba-CE	HOLOS
2017	BACHIEGA, Hermes José Aun; OLIVEIRA, EdmundoAlves; MARTINS, Cibele Barsalini; PASSOS, Fernando.	A Gestão Escolar como agente transformador da educação	Revista de Direito Brasileira
2017	NUNES, Nei Antônio; CASAGRANDE, Jacir Leonir; RAMOS, Marcia Maria Gil; SANTOS, Andréia Aparecida Pandofi dos; LORSEUIL, Louise Corseuil	Participação comunitária como prática de inovação social: um estudo de caso no centro educacional Marista Lúcia Mayvorne	Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios
2018	V. P. dos SANTOS e A. R dos SANTOS	Gestão Escolar Democrática: um olhar sobre as escolas do campo do município de Itabuna – BA	Periódicos Capes
2018	SANGENIS, Luiz Fernando Conde; OLIVEIRA, Elaine Ferreira Rezende de; CARREIRO, Heloisa Josiele Santos	. Formação de professores para uma educação plural e democrática: narrativas, saberes, práticas e políticas educativas na América Latina	Periódicos Capes
2019	MELO, Genilda Alves Nascimento; SANTOS, Andréia Quinto; SILVA, Célia Jesus dos Santos.	Gestão escolar e parceiros-elementos imprescindíveis na promoção da paz no ambiente escolar, com vistas a aprendizagem.	Revista de Saúde e Educação

Fonte: Elaborada pela autora

4. Resultados e Discussão

O desenvolvimento do tema foi realizado por análise de conteúdo, realizado por uma proposta de categorização de Bardin, (2011). Seguindo uma ordem de seleção, uma pré análise do material, considerando as palavras chaves, o critério foi selecionar os artigos por método e parâmetros definidos, exploração deste material, utilizando a leitura mais aprofundada, levando a descartar aqueles que continham conteúdo que contribuiria de forma parcial ao desenvolvimento do texto, como última fase realizou-se o tratamento dos resultados: dedução e interpretação. Realizou a categorização dos artigos pelo processo de revisão sistemática, elegibilidade e inclusão, no contexto da escrita do trabalho.

Considerando que a gestão escolar é o modelo mais proeminente de resultados positivos e importantes para as mudanças no ambiente escolar, facilitando o diálogo entre pais e escola, sendo para os principais envolvidos uma nova maneira de comunicação e

aprendizagem, os estudos que foram abordaram neste trabalho, evidenciou a complexidade de se comunicar e relacionar, quando interesses compartilhados sobre melhoria na educação precisam seguir a mesma direção.

Ao desenvolver as estratégias de análise dos trabalhos selecionados, percebeu-se diversos posicionamentos sobre a gestão democrática, como em Dessoti e Laplageem (2015), que abordou um posicionamento ideológico, com diversas abordagens sobre gestão. Bedin (2017) abordou pesquisa etmológica, observação e constatação, sobre as dificuldades em vivenciar a gestão democrática no ambiente escolar. Os desafios enfrentados podem não ter a mesma proporção que os benefícios alcançados a toda uma comunidade, é uma transformação que diretamente afeta a gestão de uma escola. Réscia e Gentilini (2007), explica que

A prática da participação no processo de gestão da escola, por si só, não esgota as ações necessárias para que seja assegurada a qualidade de ensino. A gestão requer o processo de interação escola e família é um meio de alcançar melhor e mais democraticamente os objetivos da escola, que se centram na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. (RESCIA E GENTILINI, 2007, p.7).

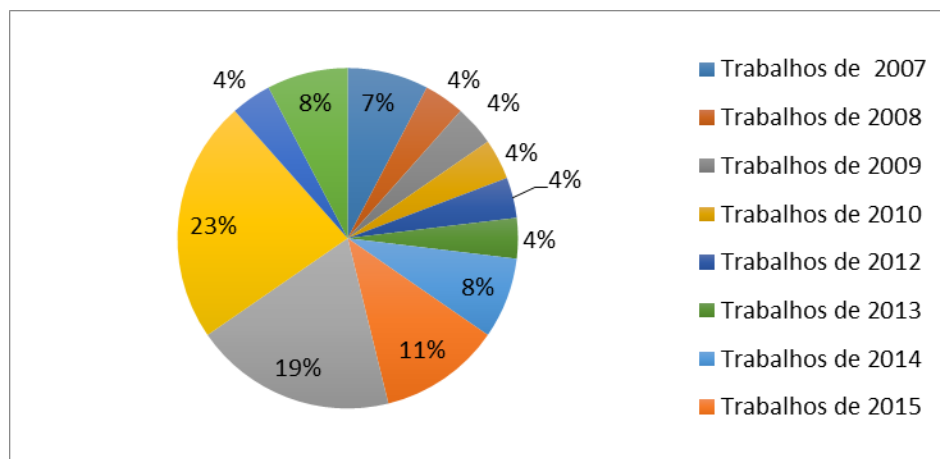
Torna-se evidente que a legislação brasileira tem sua importância nesta gestão democrática, Resende e Silva (2014), conclui que ainda assim estão longe de ser regulamentadas, porque as realidades geográficas e políticas se diferenciam, mas seu estudo mostrou que apesar do desafio, é uma parceria importante. Nos trabalhos incluídos, observou-se diferentes maneiras onde a gestão democrática alcançou a realidade daquela escola e obteve resultados satisfatórios, mesmo que a gestão democrática seja um desafio para muitas escolas. A gestão democrática contribuiu para amenizar a violência, evasão escolar. Nunes, Casagrande, Ramos, Santos e Corseuil (2017), salienta-se o caráter decisivo da participação comunitária como condição para que sejam alcançados padrões de excelência na gestão de projetos sociais. Aliás, a significativa relevância epistemológica e social da temática investigada aponta para o valor científico do seu aprofundamento em estudos posteriores.

Neste contexto, os autores Silva, Barros Junior e Latorre (2014), descrevem importantes mudanças na vida estudantil de uma determinada escola de Petrolina (PE), focando no conselho de classe em prol da política estudantil, procurando melhorar o processo didático e a metodologia do ensino no IF de Petrolina. Estes autores concluíram que:

Acredita-se que a trilha percorrida pelos sujeitos atuais que fazem parte do Conselho de Classe do IF SERTÃO-PE, Campus Petrolina tem conduzido as ações com limitações que precisam ser superadas, considerando que esse instrumento avaliativo abrange diversas esferas da instituição e assume diversas concepções pedagógicas que levam a encaminhamentos e decisões como as descritas neste artigo. Mas há um potencial formativo nesse Conselho e aspectos avaliativos que apontam para uma reflexão e superação sobre as referências e perspectivas tradicionais de formação do sujeito. Neste sentido, espera-se que mudanças de posturas na prática docente, na gestão e na participação dos alunos e da comunidade no processo educativo seja o ponto de partida para a transformação da escola. (SILVA, BARROS JUNIOR & LATORRE, 2014, p.96 e 97)

A gestão democrática para mudança de postura na prática docente, chamamento da comunidade no processo educativo, transformando a educação, com ideias altruístas que, com uma visão e educação compartilhada, discutem formas pelas quais estas mudanças podem acontecer e quais seriam seus objetivos alcançados, As estratégias que encontramos nos ensina muito e contribui para que os envolvidos na gestão democrática construam estruturas firmes, decisões eficientes e favoráveis para toda a comunidade escolar, cada um dentro de sua realidade.

Imagem 2: Relação da produção em gestão democrática por ano – 2007/2020



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021

De acordo com o gráfico podemos perceber que a gestão democrática vem sendo o ponto de discussão entre a maioria das instituições escolares, o crescimento dos trabalhos que desenvolvem temas relacionados a gestão democrática e família comprovam sua importância

e os desafios encontrados na preparação de implantação das políticas públicas na educação, são resultados conquistados a médio prazo. Desde 2010 a gestão participa em vários seguimentos envolvendo a comunidade e a escola, crescendo desde então com respaldos do PNE 2014 que garante a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, validando o desenvolvimento da gestão democrática.

O que se percebe é que, diante destas conclusões é que a gestão escolar é necessária em qualquer instituição de ensino. A discussão sobre diversos temas envolvendo família e escola, seja, sobre violência, racismo, religião, corpo docente, cultura, a própria legislação que garante mesmo que de maneira ainda a ser compreendida, evidencia a gestão como o caminho a ser trilhado, favorecendo uma mudança favorável sendo imprescindível a participação de todos. O desafio é conscientizar que a relação família-escola ainda anda em passos lentos, o processo é complexo e precisa de regulamentação, porém, não impede que comecemos por mudança de postura, sendo ouvintes e encarar a realidade de forma a ser justa para todos.

4.1 Estratégias de envolvimento da comunidade escolar

Considerando que cada escola tem seu próprio modelo de gestão, onde a finalidade e objetivo seguem um mesmo princípio, observou-se que as estratégias de envolvimento da comunidade escolar que foram utilizadas, seguiu-se dentro do que se propõe o PPP das escolas. Os projetos e planos pedagógicos apresentados a comunidade, com a intenção de trazê-los a contribuir ainda mais no processo de aprendizagem e interesse do aluno, valorizando o diálogo, as reuniões periódicas seguiu-se calendários estabelecendo dias em que os pais teriam disponibilidade para participar, as festas e eventos voltados para a família, feiras e exposição de trabalhos dos alunos apresentados para a comunidade. Melo, Santos e Silva, 2019, observam que,

O reflexo das alterações social leva a escola a tomar uma postura diferente. O seu pensar em firmar parceria com a família e a comunidade local é um passo importante para a efetivação das ações pontuais de redução da violência em seu ambiente, posto que é da família que o aluno recebe as primeiras instruções. Os valores aprendidos no convívio familiar irão acompanhá-lo de forma mais duradoura do que os adquiridos na escola. (MELO; SANTOS; SILVA, 2019.P.195)

Como forma de promover também o combate as deficiências das ações públicas ao combate à criminalidade, estas escolas propuseram parcerias com a comunidade no engajamento de orientações dos alunos a dizer não a toda forma de violência, fortalecendo o vínculo entre pais e filhos.

É imperativo que a escola conheça os novos princípios da família, seus medos, inseguranças, resistências e dificuldades, para então envolvê-la em objetivos que envolvam a comunidade escolar. Assim, a paz será estabelecida e a aprendizagem realizada. (Melo, Santos e Silva, 2019). A escola fechada não contribui para a coexistência harmônica entre comunidade e escola. O princípio fundamental da escola é construir bases sólidas na formação de pessoas capazes e suficientemente estruturadas para viver em sociedade, missão que começa na família e reforçada no ambiente escolar. Valorização da cultura, respeitando a história de cada aluno, mas, possibilitando novos olhares e estimulando expectativas diferentes sobre o mesmo objetivo.

4.2. Postura e Objetivos a serem alcançados

Alcançar objetivos requer desconstruir métodos, Lück (2009), afirma que, o grande desafio do gestor diretor escolar constitui-se em atuar de modo a conhecer os valores, mitos e crenças que orientam as ações das pessoas que atuam na escola, como se reforçam reciprocamente e em que medida esses aspectos dissociam-se ou distanciam-se dos objetivos, princípios e diretrizes educacionais. (BIRCK; ZILLOTTO, 2017.p.173)

Mudança na postura de gestores, disposição para ouvir, conhecimento compartilhado, amadurecimento dos docentes e o conhecimento da importância da parceria com a comunidade. Construiu-se um ambiente escolar humano, dinâmico, participativo. A gestão democrática produz respeito e reciprocidade para a construção de pessoas. Descentralizar decisões e romper com o autoritarismo e decisões que não beneficiam a todos.

Para Schneckenberg, (2000, p.120) “[...] entende-se gestão escolar democrática como partilha do poder e participação no processo de tomada de decisão que diz respeito aos objetivos da escola e às formas de alcançá-los”. O objetivo principal deste processo foi criar uma parceria entre escola e comunidade para percorrerem caminhos similares criando laços e possibilidades no processo educacional com a finalidade de formar cidadãos capazes de promover cidadania.

4.3 Mudanças implementadas

As mudanças implementadas tornaram-se visíveis no comportamento da comunidade escolar e família. Os gestores focaram no envolvimento direto entre os principais envolvidos

nesse processo de gestão democrática, se colocando mais disponíveis as famílias, acolhendo pais, responsáveis e aos interessados para o diálogo, disponibilizou canais de comunicação dentro da escola para inclusão destes responsáveis a qualquer debate, ouvindo as opiniões sobre a rotina escolar, enfim, abriu-se os portões para a comunidade no sentido de buscar parceiros e compartilhar as ações positivas dos gestores e de toda equipe escolar.

Como relato de uma experiência, Bedin 2017) relata,

Num contexto de complexidade e ambiguidades, a escola pública poderá se constituir como cenário dessa construção, concorrendo para a realização de atributos que tornem a vida mais saudável e prazerosa para os que nela convivem. Foi o que testemunhei acontecer na escola de minha pesquisa, em cujo contexto o processo continua em construção. (BEDIN, 2017, p.97)

Como processo de construção, a participação deve ser constante, são pequenos passos que não somente a escola pública, mas todas as escolas darão no processo de quebra de paradigmas, para que se construa uma escola socialmente inclusiva e que as parcerias sejam a base de uma educação para a cidadania, vivenciando ações no dia a dia que contribua com melhorias no ambiente educacional e que a gestão democrática seja vivenciada de forma tranquila e indispensável.

5. Considerações Finais

Este trabalho tem por objetivo compreender a gestão democrática, suas nuances em ser aplicadas no processo educacional, fundamentar a construção de políticas educacionais comprometida na formação do indivíduo, alicerçando parcerias que busquem o questionamento e entendimento dos direitos adquiridos e construir bases para uma escola eficiente e humanizada. A pesquisa sobre o tema foi construtiva, traçou caminhos diversos para o conhecimento das diferenças atribuições relacionadas a gestão democrática, escola e família. O amparo legal encontrado para validar a gestão, encontramos na CF/88, LDB 96 e PNE, instâncias legais que legitimam qualquer mudança na comunidade escolar, visando sua transformação em progresso para todos.

Nos artigos selecionados podemos perceber a necessária parceria da escola e família no interesse de melhorar a vida em comunidade. Um projeto importante tratando de umas das questões tão necessárias a educação atual tornou um outro desafio, quando se fala de parceria

acredita-se que mudanças se aplica a todo momento, as intervenções influenciam nos resultados a longo e curto prazo. A participação da família no contexto escolar e a gestão democrática deve suprir a necessidade de interação da educação com a sociedade, ambas fazem parte de algo único, formação de pessoas, pessoas estas que vivem em ambientes que não se separam. Com o objetivo principal viabilizar as mudanças destes desafios para a implantação de uma gestão democrática, proporcionando ao aluno, aos pais e a comunidade escolar um aprendizado comum a todos eles, fortalecendo os vínculos, integrando família e escola a participar de forma efetiva do cotidiano escolar.

Não se constrói pessoas sem histórias e a aprendizagem se torna significativa quando se pode criar laços, teorias e práticas que transformam pessoas que conseguem ler o mundo exatamente do seu ponto vista e trabalha em prol daquilo que é necessário à sua vida social, e nesta construção deve prevalecer dois agentes construtores, a família e a escola.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, W. de F. T. de; SILVA, J. B. da. **Concepções e práticas de gestão escolar democrática na educação básica no Brasil**. Revista cadernos de estudo e pesquisa na Educação Básica, Recife, v.3, n.1, p, 121-136. 2017. CAp UFPE.
- BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. São Paulo. Edições 70, 2011
- BASSEDAS, E., et al. (1996). **Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico**. Porto Alegre: Artmed
- BEDIN, S. A. **Gestão democrática da educação: processos, desafios e exigências emergentes nas escolares**. Espaço pedagógico, 01 october, 2017, Vol.16
- BIRCK, E. K.; ZILLOTTO, D. M. **Coaching na educação? Pesquisa-ação com gestores escolares**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences (UEM), 2017, Vol.39, p.173
- BRANDÃO, M. **Escola e comunidade: 9 ações para começar uma boa parceria**. Nova Escola, 2009.
- BRASIL, Ministério da Educação. **BNCC: Base nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 09 ago. 2020
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional**. Disponível em < www.planalto.gov.br > Acesso em: 29 abr. 2020
- BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2011-2014/2014/lei/L13005.htm>. Acesso em: 27 ago 2020

CAMARGO, O. "**Conceito de Cidadania**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/cidadania-ou-estadania.htm>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2021. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/.../tra_b07_7.rtf>. Acesso em: 25 ago 2020.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. **Autonomia da Escola**. 6. ed. São Paulo: Cortez, (Guia da escola cidadã; v.1), 2004.

Gestão escolar democrática: o que é e como aplicar. São Paulo. 24 de jan. 2020. Disponível em: <<https://escoladainteligencia.com.br/blog/gestao-escolar-democratica-o-que-e-e-como-aplicar/>>. Acesso em: 26 ago 2020

HAMZE, A. **Gestão democrática**. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/gestao-democratica.htm>> Acesso em: 27 ago 2020

KALOUSTIAN, S. M. (org.). **Família Brasileira, a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988. Disponível em <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/interacao-entre-escola-familia-no-processo-ensino-aprendizagem.htm>. Acesso em: 25 jan 2021

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 4.d. Goiânia Editora Alternativa, 2001

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2006 Disponível em <www.tvebrasil.com.br/salto>. Acesso em 25 jan 2021

LUCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MELO, G. A. N.; SANTOS, A. Q. dos; SILVA, C. J. dos S. **Gestão escolar e parceiros- elementos imprescindíveis na promoção da paz no ambiente escolar**, com vistas a aprendizagem. *Sustinere - Revista de Saúde e Educação*, 2019, Vol.7(1), p.185(18)

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. Verbete PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/pcns-parametros-curriculares-nacionais/>>. Acesso em: 07 jun 2020.

OAKLAND, J. S. **Gerenciamento da Qualidade Total – TQM: o caminho para aperfeiçoar o desempenho**. Tradução de Adalberto Guedes Pereira. São Paulo. Nobel, 1994.

OLIVEIRA, M. T. C. de. (2014). **A LDB e o contexto nacional: o papel dos partidos políticos na elaboração dos projetos - 1988 a 1996**. Tese de Doutorado, UNICAMP.

ORTEGA, G. **5 razões pelas quais a relação entre família e escola é importante.** Disponível em: <<https://escolasdisruptivas.com.br/metodologias-inovadoras/relacao-entre-familia-e-escola/>>. Acesso em: 26 ago 2020

RESCIA, A. P. O; GENTILINI, J. A. **Interação escola e família mediada pela gestão escolar: um estudo de caso.** Bauru, SP. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pmetabusca&mn > Acesso em: 25 ago 2020

ROCHA, C. R. de la. **O papel da escola na construção de uma formação cidadã: vertentes reflexivas a partir da intervenção dos meios de comunicação em massa no cotidiano dos alunos.** IFSUL, Pelotas- RGSul. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EdgarMorin.pdf/>. Acesso em: 20 ago 2020

SANTOS, V. P. dos.; SANTOS, A. R. dos. **GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UM OLHAR SOBRE AS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE ITABUNA – BA. REVES - Revista Relações Sociais, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 0382-0396, 2018. DOI: 10.18540/revesv1iiss3pp0382-0396.** Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/3187>>. Acesso em: 25 ago 2020.

SCHNECKENBERG, M. **A relação entre política pública de reforma educacional e a gestão do cotidiano escolar.** In: _____ Revista em Aberto: Gestão Escolar e Formação de Gestores, n. 72, v.17, MEC, INEP, junho de 2000, p. 97-132.

SILVA, J. N. da. **Os desafios da gestão democrática.** UFMS, Campo Grande. Disponível em: < https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24636_13546.pdf> Acesso em: 20 ago 2020

SILVA, P. A. da. **O papel da escola no processo da socialização infantil.** Revista PLUS FRJ: Revista Multidisciplinar em Educação e Saúde, ISSN - 2525-4014 p. 72, nº 3, jan/2017

SNYDERS, G. **A alegria na escola.** São Paulo: Manole, 1988.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto Político Pedagógico – Uma Construção Possível.** Campinas, SP: Papirus, 1997.

REFERÊNCIAS BANCO DE DADOS

ABREU, A.; ROCHA, Á.; COTA, M.; CARVALHO, J. **Caderneta Eletrônica no Processo Ensino-Aprendizagem: Visão de Professores e Pais de alunos do ensino Básico e Secundário.** Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação, Dec 2015, Issue 16,

pp.108-128. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

ALMEIDA, W. de F. T. de; SILVA, J. B. da. **Concepções e práticas de gestão escolar democrática na educação básica no Brasil**. Revista Cadernos de estudo e pesquisa na Educação Básica. Recife, v.3, n.1, p.121 – 136, 2017. Cap. UFPE. Disponível em <periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pmetabusca&mn>. Acesso em: 25 ago 20.

ALVES, N. N. de L. **Educação da infância: o lugar da participação da família na instituição educativa**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, 01 june 2016, Vol.32 pp. 267-285. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

ANDRADE, L. B. P. de. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. 01 January 2010. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

BACHIEGA, H. J. A.; OLIVEIRA, E. A.; MARTINS, C. B.; PASSOS, F. **A Gestão Escolar como agente transformador da educação**. Revista de Direito Brasileira, 2017, Vol.18, p.301(14). Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

BARBOSA, M. **Educação, cidadania e sociedade civil. Repensando sentidos e articulações em tempos de mudança. Teoria de la Educacion**, Annual, 2008, Vol.20, p.45. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

BEDIN, S. A. **Gestão democrática da educação: processos, desafios e exigências emergentes nas escolares**. Espaço pedagógico, 01 october, 2017, Vol.16. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>> Acesso em: 20 ago 2020.

BEZERRA, M. J. da C; GROSSI, P. K. **A violência na escola e estratégias de prevenção e redução: a necessidade interlocução dos saberes**. 2009. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

BIRCK, E. K.; ZILIOOTTO, D. M. **Coaching na educação? Pesquisa-ação com gestores escolares**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences (UEM), 2017, Vol.39, p.165. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020.

CARVALHO, J. **PNE (Plano Nacional de Educação) 2014 – 2024: A gestão democrática na educação se faz presente?** HOLOS, 2015, Vol.31(8), pp.41-52. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

DESSOTI, I. C. C. LAPLAGEEM, E. D. **Os desafios contemporâneos da Gestão Democrática da Educação**. Revista, 01 december 2015, Vol.1, pp.147-151. Disponível em <

<https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

LEITE M; MARTINS, E; LIMA, M; BRASIL, R; NORTE, R. **As reformas do ensino médio e o projeto professor diretor de turma: uma experiência em Aracoíaba-CE**. HOLOS, 2017, Vol.33(3), pp.110-122. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

MELO, A; SOUZA, S de. **Educação do campo e o programa escola ativa: elementos históricos conceituais e pedagógicos**. HOLOS, 2013, Vol.29, pp.178-195. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>> Acesso em: 20 ago 2020

MELO, G. A. N.; SANTOS, A. Q.; SILVA, C. J. dos S. **Gestão escolar e parceiros-elementos imprescindíveis na promoção da paz no ambiente escolar, com vistas a aprendizagem**. Sustinere - Revista de Saúde e Educação, 2019, Vol.7(1), p.185(18). Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

NOGARO, A; BATTESTIN, C. **Sentidos e contornos da inovação na educação**. HOLOS, 2016, Vol.32, pp.357-372. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

NUNES, N. A.; CASAGRANDE, J. L.; RAMOS, M. M. G.; SANTOS, A. A. P. dos; LORSEUIL, L. C. **Participação comunitária como prática de inovação social: um estudo de caso no centro educacional Marista Lúcia Mayvorne**. Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios, 2017, Vol.10, p.154. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

PIRES, T. R. de O.; MORETTI, G. A. S. **Escola, lugar do desrespeito: intolerância contra religiões africanas e escolas públicas brasileiras**. Revista de Direitos Humanos e Efetividade, 2016, Vol.2, p.1. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

RÉSCIA, A. P. O.; GENTTILINI, J. A. **Interação escola e família mediada pela gestão escolar: um estudo de caso**. Revista Ibero- Americana de Estudos em Educação, 01 december 2007, Vol. 1, pp.19-28. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

RESENDE, T. de F.; SILVA, G. F. **A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014)**. Ensaio (Rio de Janeiro, Brasil), 01 January 2016, Vol.24, pp.30-58. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

SANGENIS, L. F. C.; OLIVEIRA, E. F. R. de; CARREIRO, H. J. S. **Formação de professores para uma educação plural e democrática: narrativas, saberes, práticas e políticas educativas na América Latina**. 01 January 2018. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

SANTOS, J. M. C. T. **Promulgação de políticas na escola: considerações a partir da Teoria de Atuação e do Ciclo de Políticas**. Acta Scientiarum. Education (UEM), 2016,

Vol.38, p.271. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

SANTOS, P. S. M. B. dos. **A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como matrizes estruturantes do campo político Brasileiro: analisando o campo do poder e a refração política no âmbito da Gestão Democrática.** Periferia, 2014, Vol.6, p.58. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

SANTOS, R. M. dos; NASCIMENTO, M. A.; ARAÚJO, J. M. de. **Os sentidos da escola pública para jovens pobres da cidade do Recife.** Revista Latino-americana de Ciências Sociales, Ninez y Juventud, Jan, 2012, Vol.10, p.289. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020

SILVA, L; BARROS, B; LATORRE, A. **O Conselho de classe como um espaço de contradições e formação do trabalho educativo no IF Sertão, Campus Petrolina.** HOLOS, 2014, Vol.30(2), pp.87-97. Disponível em < <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 20 ago 2020